



Número: **0822964-80.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Sul 1 Anexo II Bela Vista**

Última distribuição : **05/09/2019**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VIDAL SANTOS BATISTA (AUTOR)		FRANCISCO DE ASSIS PIRES DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6287331	10/09/2019 13:48	<a href="#">Citação</a>	Citação
6287307	10/09/2019 13:45	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
6287295	10/09/2019 13:43	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
6226040	05/09/2019 10:18	<a href="#">Petição</a>	Petição
6226166	05/09/2019 10:18	<a href="#">PROCURAÇÃO, CPTS, COMPROVANTE DE PG DPVAT</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167298	30/08/2019 15:04	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6167324	30/08/2019 15:04	<a href="#">AGENDAMENTO PROCEDIMENTO CIRURGICO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167326	30/08/2019 15:04	<a href="#">AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167328	30/08/2019 15:04	<a href="#">B.O DE ACIDENTE DE TR</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167330	30/08/2019 15:04	<a href="#">BOLETIM ACIDENTE</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167331	30/08/2019 15:04	<a href="#">BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167334	30/08/2019 15:04	<a href="#">BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167337	30/08/2019 15:04	<a href="#">Demonstrativo de pagamento seguro</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167340	30/08/2019 15:04	<a href="#">DESPESAS EDICAS</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167396	30/08/2019 15:04	<a href="#">DESPESAS MEDICAS</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167397	30/08/2019 15:04	<a href="#">DESPESAS MÉDICAS</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167399	30/08/2019 15:04	<a href="#">ORÇAMENTO UNIMED</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167400	30/08/2019 15:04	<a href="#">RECEITUARIO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167401	30/08/2019 15:04	<a href="#">RECEITUÁRIO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6167434	30/08/2019 15:04	<a href="#">DOC. PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDENCIA</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA JECC TERESINA SUL 1 ANEXO II BELA VISTA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Rodovia BR 316 KM 05, Bela Vista, TERESINA - PI - CEP: 64039-200

**PROCESSO Nº** 0822964-80.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)  
**ASSUNTO:** [Seguro]  
**AUTOR:** VIDAL SANTOS BATISTA  
**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

**QUALIFICAÇÃO DA PARTE:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Rua Senador Dantas, n 74, 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**FINALIDADE:** CITAÇÃO da parte requerida, acima qualificada, de todo conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, e INTIMAÇÃO para comparecer na Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento na sede deste Fórum no endereço acima indicado.

**ATENÇÃO:** AUDIÊNCIA UNA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para **13 de Dezembro de 2019 às 10:00h** na sala de audiências do **JECC de Teresina Zona Sul 1-Anexo II - Bela Vista(Teresina)**.  
**LOCAL:** JECC de Teresina Zona Sul 1- Anexo II - Bela Vista(Teresina), Fone: (86) 3215-7435  
BR - 316, KM - 06 nº 6 Bairro: Bela Vista, Cidade: Teresina-PI CEP: 64.039-200

**ADVERTÊNCIAS:** O não comparecimento à audiência importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. Comparecendo a parte promovida (ré), e não obtida a conciliação, proceder-se-á imediatamente com a instrução e julgamento do feito. O promovido deverá oferecer contestação, escrita ou oral, até a audiência de UNA de conciliação, instrução e julgamento, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia.

**ANEXOS:** Cópia do inteiro teor da petição inicial.

10 de setembro de 2019.

**ALEX NUNES RIBEIRO**

**Secretaria da JECC Teresina Sul 1 Anexo II Bela Vista**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA JECC TERESINA SUL 1 ANEXO II BELA VISTA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Rodovia BR 316 KM 05, Bela Vista, TERESINA - PI - CEP: 64039-200

---

**PROCESSO Nº:** 0822964-80.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** VIDAL SANTOS BATISTA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem, constatando que:

I - A classe processual está correta e os assuntos são pertinentes à demanda;

II - Os documentos acostados à inicial, bem como o instrumento de mandato encontram-se legíveis;

III - Uma das partes possui domicílio ou estabelecimento nesta Comarca;

IV - Consultando o *Projudi* e o *Themis Web*, verificou-se que não há demanda similar a esta.

Era o que tinha a certificar.

TERESINA-PI, 10 de setembro de 2019.

**ALEX NUNES RIBEIRO**  
**Secretaria da JECC Teresina Sul 1 Anexo II Bela Vista**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**GABINETE DA JECC TERESINA SUL 1 ANEXO II BELA VISTA DA COMARCA DE TERESINA**

Rodovia BR 316 KM 05, Bela Vista, TERESINA - PI - CEP: 64039-200

---

**PROCESSO Nº:** 0822964-80.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** VIDAL SANTOS BATISTA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

***ATO ORDINATÓRIO***

*De ordem do MM Juiz, Dr. JOÃO HENRIQUE SOUSA GOMES, fica o autor, através de seu advogado, devidamente intimada para comparecer à audiência designada nos autos. intimando.*

TERESINA-PI, 10 de setembro de 2019.

**ALEX NUNES RIBEIRO**

**Secretaria da JECC Teresina Sul 1 Anexo II Bela Vista**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA JECC TERESINA SUL 2 SEDE DA  
COMARCA DE TERESINA -PI

Processo nº 0822964-80.2019.8.18.0140

VIDAL SANTOS BATISTA, já qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA que move em face de /  
que lhe SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., por seu procurador  
subscrito, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a juntada. Exemplos: da  
anexa procuração “ad judicium et extra”; da CTPS, para comprovação de Hipossuficiência; do comprovante de  
pagamento do seguro DPVAT anexo.

Termos em que pede deferimento.

Teresina - PI, 05 de agosto de 2019



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

**OUTORGANTE:** Nome: Vidal Santos Batista  
, nacionalidade brasileiro, profissão Desempregado, estado civil,  
portador do RG N° 3441587-SSP-PI CPF/MF sob o n° 050.396.903-84,  
residente e domiciliado na  
Rua. Eng. Eduardo Costa, 0237. Casa -04. Póvoa Nova CEP 64036-800 Teresina-  
PI.

**OUTORGADOS:** FRANCISCO DE ASSIS PIRES DA SILVA, brasileiro,  
convivendo em união estável, advogado, devidamente inscrito na OAB, sob o  
n°. 16.074, com escritório de sua profissão sito Rua Sete de Setembro, 749,  
centro-norte, Teresina – Piauí, local onde receberá as intimações de estilo.

**PODERES:** Os da Cláusula "ad judicium et extra" para, em conjunto ou  
separadamente, representá-la perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal,  
propondo contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas  
contrárias, recebendo citações iniciais, confessar, reconhecer a procedência do  
pedido, renunciar direitos seu(s) negócio(s) no que lhes for incumbido, receber,  
sacar e dar quitação em títulos judiciais ou extrajudiciais, assinar Escritura  
Pública de Declaração, podendo requerer, alegar, defender, a (o) outorgante,  
em que seja autor(a) ou ré(u), fazer representações criminais e queixas-crime,  
enfim, tudo fazer para o fiel desempenho deste mandato, no que for interesse  
da (o) outorgante mesmo com cláusulas que não estejam expressas neste  
instrumento que adoto e ratifico para todos os efeitos de Direito, inclusive  
substabelecer, e, em especial para defender seus interesses judiciais e  
extrajudiciais.

TERESINA (PI), 24 / 07 / 2019.

Vidal Santos Batista  
**Outorgante**







BANCO DO BRASIL S.A. - AUTO-ATENDIMENTO - 07.06.30  
0839773394  
EXTRATO CONTA CORRENTE PARA SIMPLES CONFERENCIA  
AGENCIA: 1637-3  
CONTA: 48.739-2  
CLIENTE: VIDAL SANTOS BATISTA  
VALOR HISTÓRICO  
02/08/2019 Saldo Anterior 22,350  
09/08/2019 Compra com Cartão 157668  
09/08/2019 Saldo 172,350  
12/08/2019 Transferido da poupança 048739  
12/08/2019 OURCAP PM 046301  
14/08/2019 Saldo 0,650  
14/08/2019 Recebimentos Diversos 046647  
15/08/2019 Saldo 1.887,720  
15/08/2019 Restituição de IRPF 044924  
15/08/2019 Compra com Cartão 130242  
15/08/2019 Compra com Cartão 044924  
15/08/2019 Saldo 964,160  
15/08/2019 Compra com Cartão 242442  
15/08/2019 Compra com Cartão 755735  
15/08/2019 Saldo 250,000  
15/08/2019 Saque no TAA 945435  
15/08/2019 Banco 24 Horas 945435  
15/08/2019 Saldo 100,000  
16/08/2019 Saldo 2.258,200  
16/08/2019 Saque no TAA 755735  
16/08/2019 Saldo 100,000  
16/08/2019 Saque no TAA 755735  
20/08/2019 Saldo 2.158,200  
20/08/2019 Compra com Cartão 134142  
20/08/2019 Compra com Cartão 237345  
20/08/2019 Compra com Cartão 237345  
20/08/2019 Saldo 79,980  
20/08/2019 Saque no TAA 755735  
20/08/2019 Saldo 1.697,870  
29/08/2019 Saldo 22,500  
Tarifa Pacote de Serviços 280394  
Cobrança referente 26/08/2019

\*\*\*-- CONTINUA NA PROXIMA PAGINA ---\*\*\*

\*\*\*-- CONTINUAÇÃO - PAGINA: 002 ---\*\*\*  
Saldo 1.675,370  
02/09/2019 Encargos 3,530  
31/08/2019 Saque no TAA 755735  
31/08/2019 Saque no TAA 755735  
1.551,840  
Saldo 1.551,840  
CHEQUE ESPECIAL - LIMITES 1.551,840  
- Limite Contratado 300,000  
- Limite Utilizado 0,000  
- Limite Disponível 300,000  
Dias de Uso Ch. Especial 11  
Juros \* 0,00  
Data de Debito de Juros 02/09/2019  
IOF \* 0,00  
Data de Debito de IOF 02/09/2019  
(\*) Apurados de acordo com o somatório dos saldos  
devedores diários no mes anterior ao debito.  
CREDITO BB-MELHOR OFERTA\* 6.162,000  
Taxa Ch. Especial Classic 12,49% am 310,55% aa  
Tributos (IOF) 0,38% + 0,0082% ad  
Custo Efetivo Total 13,12% am 347,93% aa  
Vencimento 30/04/2020  
Informacoes Complementares - CET (\*)  
R\$ 301,87  
% 99,39  
Valor total devido 300,00  
Valor liberado 300,00  
Despesas vinculadas 1,87  
- IOF 0,61  
(\*) Simulação para utilização única e integral  
do limite por 30 dias.  
Linhas de Crédito  
Crédito Novo  
BB Crédito Automático 6.162,00  
Financiamentos de Bens/Serviços 9.353,00  
BB Crédito/Construção 9.353,00  
\*VALORES DE REFERENCIA, Representam as melhores  
ofertas para voc e estão sujeitas a confirmação  
no momento da contratação.  
Leia no verso como conservar este documento,  
entre outras informações.





Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

Num. 6226166 - Pág. 5



obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Converse e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

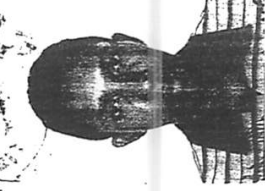
Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 17.165 Série 00000000000000000000

Assinatura do Portador: *Francisco de Assis Pires da Silva*

### QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: *Francisco de Assis Pires da Silva*  
Loc. Nascimento: *Aguaí, SP* Est. *SP* Data *12.09.1992*  
Filiação: *Maria de Jesus dos Santos*  
*Francisco de Assis Pires da Silva*  
Doc. Nº *17.165.87.558.14* exp. *13.04.10*

### ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em *03/08/2011* Doc. Ident. Nº *00000000000000000000*  
Exp. em *03/08/2011* Estado *SP*  
Obs. *SRTE Agnecolândia - SP*  
Data Emissão *03/08/2011* Assinatura do Funcionário *Francisco de Assis Pires da Silva* - AFE

### ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação a nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....  
Dóc. ....  
Nome .....  
Dóc. ....  
Nome .....  
Dóc. ....  
Est. Civil .....  
Dóc. ....  
Est. Civil .....  
Dóc. ....  
Nascimento .....  
Dóc. ....



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E  
CRIMINAL DESTA CAPITAL**

**VIDAL DOS SANTOS BATISTA**, brasileiro, em união estável, desempregado, portador  
do RG nº 3.441.587-SSP/PI e CPF/MF sob o nº. 058.396.903-84, residente e domiciliado na Quadra Z37,



Casa nº. 04, Residencial Eduardo Costa, CEP 64036-800, Teresina – PI, por intermédio dos seus advogados devidamente constituídos (procurações em anexo), vem, mui respeitosamente, à presença Vossa Excelência, para propor a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT**

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sob o Código FIP nº. 03271, CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro-RJ – CEP: 20031205, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

### **DOS FATOS**

Trata-se de seguro devido em face de acidente ocorrido em 13 de junho de 2017 às 08h00min que ocasionou ferimentos graves ao segurado, fatos estes, devidamente comprovados no teor dos Boletins que junta em anexo.

Diante de tal fato, seria devido o pagamento total do prêmio segurado, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) referentes às Despesas de Assistência Médicas e Suplementares na forma do Art. 3º, inciso III, da Lei nº 6.194/74, o que foi negado sem justificativa.

Ocorre que foram pagos apenas R\$ 1887,72 (mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), razão pela qual intenta a presente ação.

### **DO DIREITO**

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

*Art. 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte:*

*II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente:*

*III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*



Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e os danos decorrentes é inequívoco, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74 no seu valor integral:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Assim, tem-se evidenciado:

- a) Prova do acidente: *Boletim de Acidente de Trânsito*
- b) Prova do dano decorrente: *Comprovantes de Despesas Médicas-Hospitalares*
- c) Prova do pagamento parcial do seguro em via administrativa: *Demonstrativo de pagamento.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, **responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.**

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

*AÇÃO DE COBRANÇA REFERENTE AO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES (DAMS). ACIDENTE DE TRÂNSITO COM LESÕES CORPORAIS. COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS. APLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007. 1. O valor devido corresponde aos gastos*





*efetuados e devidamente comprovados com as despesas médico-hospitalares, não ultrapassando o valor estipulado em lei. Aplicação do disposto na Lei 11.482/2007 aos sinistros que ocorreram após 29 de dezembro de 2006. 2. Assim, assegurado o direito ao recebimento do valor integral referente aos gastos devidamente comprovados. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Recurso improvido. (TJRS. Recurso Cível Nº 71002473486, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 08/04/2010)*

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES. PAGAMENTO PARCIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. CNSP. SALÁRIO MÍNIMO. I.** *É legítima passiva a seguradora ré para saldar eventual diferença relativa a seguro DPVAT, mesmo que não tenha sido ela a realizar o pagamento inicialmente disponibilizado à parte, na via administrativa, pois integrante do grupo de seguradoras que respondem por tais indenizações.ira aqui o texto da ementa. II. As despesas médico-hospitalares encontram-se devidamente comprovadas juntamente com a prescrição médica (fls. 26/35). III. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. IV. Conforme Súmula 14 das Turmas Recursais, é legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001656537, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008*

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS.** *Converter o julgamento em diligência. (Recurso Cível Nº 71001664861, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008)*

**AÇÃO DE COBRANÇA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES – CUSTEIO PARCIAL PELO SUS – DEVER DE INFORMAR –** *Coação a ausência de informação sobre o procedimento de cobrança em internação hospitalar fora dos parâmetros da cobertura autorizada pelo Sistema Único de Saúde, conjugada com o grave quadro no qual se encontrava o paciente parente da demandada, evidencia a existência de quadro de coação visando a cobrança de despesas indevidas da requerida. Nula, nas circunstâncias, a declaração de assunção de responsabilidade pelas despesas médicas efetuadas em internação particular. Apelação a que se nega provimento. (TJRS – APC 70003500592 – 6ª C.Cív. – Rel. Des. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira – J. 27.02.2002)Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.*

## **CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL**



Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro:

*AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3A CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)*

Valor recebido administrativamente	R\$ 1.887,72
Valor devido à época	R\$ 2.700,00
<b>Remanescente atualizado</b>	<b><u>R\$ 860,91</u></b>

## DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor encontra-se desempregado, não possuindo condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência, cópia dos seus contracheques que junta em anexo.

Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a AJG ao requerente.

## DOS PEDIDOS

1. A concessão da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil;
2. A citação do réu, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda;



3. Julgamento procedente do presente feito em todos os seus termos, condenando a Promovida ao pagamento do valor remanescente a que tem direito a parte Autora, qual seja R\$ 812, 28 (oitocentos e doze reais e vinte e oito centavos) acrescidos dos juros e atualização monetária a serem contados desde a data do evento danoso.

4. Protesta ainda provar o alegado por todos os meios de prova admitidos pelo ordenamento jurídico pátrio.

5. Manifesta-se pela realização de audiência conciliatória;

6. A condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, § 2º do CPC

Dá-se à causa o valor de R\$ 812, 28 (oitocentos e doze reais e vinte e oito centavos)

Nestes termos, pede deferimento

Teresina-PI, 30 de agosto de 2019

Pp. Dr. **FRANCISCO PIRES**

ADVOGADO

OAB/PI, nº. 16.074

